

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 125, DE 2011**

Requerimento nº DE 2021

(Da Senhora Deputada Federal Gleisi Hoffmann – PT/PR e dos Senhores Deputados Federais Henrique Fontana – PT/RS; Rubens Otoni – PT/GO; Carlos Veras - PT/PE; Carlos Zarattini -PT/SP e Reginaldo Lopes -PT/MG)

Requer a realização de Audiência Pública para subsidiar os debates e as propostas de Reforma Política.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão Especial, para debater as Propostas de Reforma Política.

Na oportunidade, requeremos que sejam convidados para essa assentada as seguintes pessoas:

- a) **ELEONORA MENICUCCI** – Ex-Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres;
- b) **Iriny Lopes** – ex-deputada e ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres;
- c) **Guacira Oliveira** – diretora do centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA;



d) Lourdes Maria Bandeira - Professora Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Foi coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher - NEPEM de 2007 à fevereiro de 2012. Foi Secretária de Planejamento e Gestão da Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM/PR de fevereiro de 2008 à janeiro de 2011 e Secretaria Adjunta a partir de março de 2012 até dezembro de 2014.

e) Maria Betânia Ávila - Socióloga. Coordenadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. Membro da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

f) Representantes das secretarias das mulheres dos Partidos Políticos que dispuserem de tal instancia.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos pontos de consenso que se percebe no seio da população brasileira é a necessidade de se assegurar a igualdade de candidaturas de mulheres, de modo que se tenha, num espaço de tempo bastante reduzido a paridade de parlamentares mulheres na Câmara e no Senado Federal, bem como nas demais casas legislativas do País.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e IBOPE, no mês de abril de 2013, aponta que 71% da população vêem a Reforma Política como uma oportunidade para se assegurar a paridade de mulheres nas listas de candidaturas dos partidos. 74% dos entrevistados acreditam que só haverá democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão e 73% defendem punição ao partido que deixar de apresentar lista de candidatos com 50% de homens e 50% de mulheres.

A pesquisa não traz nenhuma novidade, mas revela uma preocupação que deve ser transformada em



ação. Com feito, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que nas eleições realizadas em 2006, apenas 8% das cadeiras na Câmara dos Deputados foram ocupadas por mulheres – um total de 42 parlamentares. E no Senado Federal, eram 12 as mulheres, o equivalente a 15% do total de senadores. Pouca coisa mudou desde então. Na legislatura de 2011/2014 existiam 44 Deputadas (8,6% do total) e 13 Senadoras (16%). O quadro atual praticamente não sofreu modificações, tendo apenas um leve crescimento em 2018. Ademais, segundo a pesquisa, as mulheres ocupam menos que 10% das Prefeituras e 12% dos cargos de vereadores, embora seja a maioria absoluta da população brasileira. E essa realidade se comprovou na eleição municipal de 2016, onde novamente a representação feminina ficou inexpressiva e o quadro não se alterou em 2020.

Ver-se, portanto, que a participação feminina no Poder Legislativo e no Poder Executivo ainda é muito insignificante, configurando-se como uma verdadeira sub-representação, que precisa à toda evidência ser ampliada tanto no processo eleitoral quanto nas candidaturas, o que reflete o sentimento da sociedade brasileira, que não pode ser ignorado nas iniciativas da Reforma Eleitoral e/ou Política.

A cota de um mínimo de 30% para candidaturas de mulheres não atende mais os desejos da maioria da população e não traduz o sentimento de igualdade e paridade manifestado nas ruas e concretizado nas pesquisas.

Assim, é fundamental que as autoridades, representações e entidades de defesa das mulheres possam trazer suas contribuições e propostas para o debate da Reforma Política em discussão nessa Comissão Especial.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2021.



Gleisi Hoffmann
Deputada
Federal – PT/PR

Rubens Otoni
Deputado
Federal –
PT/GO

Henrique
Fontana
Deputado
Federal – PT/RS

Carlos Veras
Deputado
Federal
PT/PE

Carlos Zarattini
Deputado
Federal
PT/SP

Reginaldo Lopes
Deputado
Federal
PT/MG





Requerimento **(Do Sr. Henrique Fontana)**

Requer a realização de Audiência Pública para subsidiar os debates e as propostas de Reforma Política. Convidados: Eleonora Menicucci - ex-Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Iriny Lopes – ex-deputada e ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Guacira Oliveira – diretora do centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Lourdes Maria Bandeira - Professora Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Maria Betânia Ávila – Socióloga, Coordenadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e Membro da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); e Representantes das secretarias das mulheres dos Partidos Políticos que dispuserem de tal instancia.

Assinaram eletronicamente o documento CD213862698200, nesta ordem:

- 1 Dep. Henrique Fontana (PT/RS)
- 2 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 3 Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR)
- 4 Dep. Rubens Otoni (PT/GO)
- 5 Dep. Carlos Zarattini (PT/SP)
- 6 Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG)

